



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

## **Professor – pesquisador: perfil do egresso do curso de licenciatura em turismo<sup>1</sup>**

Teresa Cristina Viveiros Catramby<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

### **Resumo**

O presente trabalho pretende apresentar subsídios para uma reflexão acerca do perfil do egresso do curso de Licenciatura em Turismo tendo em vista o conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas e fatores legais como as exigências da Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação em conjunto com o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997. Concomitantemente a leitura legal, questões intrínsecas ao perfil profissional do graduando em licenciatura permeiam este trabalho com o propósito de estruturar, assim, competências e habilidades. A metodologia utilizada iniciou com uma pesquisa sobre a legislação pertinente seguida de uma pesquisa junto ao mercado sobre a demanda deste profissional e posteriormente uma análise reflexiva acerca desta demanda.

**Palavras-chave:** Licenciatura; Turismo; Educação para o turismo; Ensino.

### **I. Introdução**

O crescimento da atividade turística em todo mundo e em âmbito nacional provoca uma avaliação no processo de implantação da atividade nas localidades turísticas. No atual processo de globalização, o Turismo assume um novo papel no desenvolvimento. Devido à modificação das expectativas da sociedade, em função das mudanças estruturais no processo produtivo que ocorrem em função da revolução científico-tecnológica, a busca por excelência tem norteado ações em todas as atividades e em todos os níveis. Entretanto, devemos tomar como estratégia a qualificação profissional. A qualidade dos serviços prestados está diretamente ligada à qualidade da formação de recursos humanos para o setor.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Hospitalidade (2001), onde foram analisadas 2.042 empresas, estas apresentaram características quanto ao porte onde 34%

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT – Outras interfases do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Curso de Turismo e líder do NEPET – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo. Coordenadora *pro tempore* do Curso de Licenciatura em Turismo à distância oferecido pela UAB – Universidade Aberta do Brasil através do Consórcio CEDERJ.



**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007*

sendo Micro; 48% Pequenas; 13% Médias e Grandes; 5% não informaram. Quanto aos grupos ocupacionais a pesquisa mostra que: 71% fazem parte do operacional; 8% administrativo; 7% gerentes/supervisores; 5% Manutenção; 4% Técnico/especialistas; 3% estagiários e 2% outros. Observa-se que a grande maioria de empresas são micro e pequenas e que a mão-de-obra necessária é de nível operacional. Como pode-se verificar os cursos na área de Turismo atendem aos vários níveis de demanda como: gestão (bacharelado); supervisão (tecnólogo) e operacional (técnicos e ensino livre) demonstrando que a grande força da mão-de-obra no setor deve ser formada em cursos técnicos.

Por ser um setor em franca expansão, um número expressivo de cursos técnicos e superiores foram abertos nos últimos dez anos, razão que permite-nos verificar a preocupação acentuada com a formação da mão-de-obra específica para a docência. Para Trigo (2000), “os cursos são novos, o mercado profissional brasileiro voltou a crescer também recentemente (meados da década de 90), a formação profissional é variada e complexa e há poucos profissionais capacitados para ensinar”.

## **II. Questões legais da Licenciatura**

A necessidade da implantação de Cursos de Licenciatura em Turismo se tornou premente, sobretudo a partir do disposto na Lei 9394/96 (LDBEN) que, em seu artigo 62, diz que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Pg 20)

As Licenciaturas destinam-se à formação de professores para atuar:



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste caso, a formação se dá nos Cursos Normais Superiores, podendo também realizar-se em cursos de Pedagogia, quando oferecidos pelas Universidades e Centros Universitários; nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Neste caso, a formação se dá nas Licenciaturas das áreas específicas do conhecimento - Licenciatura em Física, em Matemática, em Geografia, etc.

A LDBEN assim apresenta as necessidades de capacitação dos docentes do ensino técnico

Art. 9º As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, que deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica. (Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997).

A política oficial de incentivo à formação, em nível superior, de profissionais para atuarem na Educação Básica está substantivada na LDBEN vigente, bem como no Plano Nacional de Educação (PNE) e em farta legislação complementar correlata.

Inclusive consta da Resolução CNE/ CES nº 13 de 24 de novembro de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em Turismo em seu artigo 12º que “Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de professores para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.” (pg. 5)

Hoje, os professores já egressos que atuam em cursos técnicos e não possuem o título de licenciados, terão obrigatoriamente que retornar a sala de aula para conclusão deste título seja em programas regulares, ou em programas especiais para formação pedagógica. Concomitantemente a este, será pré-requisito a novos egressos a titulação de licenciatura.

Não encontramos dados científicos sobre a proporção de bacharéis em turismo com habilitação em licenciatura, mas podemos afirmar que ainda são poucos os profissionais que procuram essa habilitação, e menos ainda os bacharéis-licenciados inseridos no ensino técnico. Hoje no Brasil, ainda não existe um curso específico de Licenciatura em Turismo, ou seja, o educador que atuará nas disciplinas específicas dos cursos técnicos de turismo, poderá ser um licenciado em Geografia, História, Matemática, ou qualquer outra licenciatura.

Ao contrário do que muitos pensam a pós-graduação não habilita para a docência no ensino técnico conforme a LDBEN (1996). Ou seja, até os professores pós-graduados que não possuem licenciatura terão de concluir este título caso optem em lecionar no ensino técnico.

### III. Demanda para a Licenciatura

Outro aspecto a ser levantado é a questão dos cursos técnicos e a demanda de docentes. De acordo com Catramby e Daibert (2003), os cursos técnicos acompanharam a progressão quantitativa dos cursos superiores e considerando que em 2003 existiam 358 cursos (MEC) com uma necessidade mínima de dois bacharéis em Turismo por curso, chegou-se a um número de 712 bacharéis necessários para suprir a demanda dos cursos técnicos.

Com relação à demanda atual foi realizada uma pesquisa junto às Instituições Públicas que possuem o Curso Técnico em Turismo tanto na modalidade Pós-médio quanto concomitante com o médio, no Estado do Rio de Janeiro. Delimitou-se nas Instituições Públicas por estas terem um processo de seleção realizado através de concurso público embasado na legislação vigente.

Das 10 (dez) Instituições no estado do Rio de Janeiro, 3 (três) são Federais, 2 (duas) administradas por Fundação ligada ao Governo Estadual e 5 (cinco) em Escolas Estaduais. Não conseguimos contato com uma das Escolas Estaduais.

As informações constam do quadro a seguir:

Escola	Área de habilitação	tipo	Nº de docentes*	Média de disciplinas	Licenciados*
CTUR - UFRRJ	Turismo e Hospitalidade / Hotelaria	Médio	1	16	0
CEFET - RIO	Turismo e Entretenimento	Médio	3	16	0
CEFET - MACAÉ	Turismo e Hospitalidade	Médio	3	8	0
Faetec - JK	Turismo e Hospitalidade/ Guia de Turismo	Médio	4	12	1***
Faetec - Adolpho Block	Turismo e Hospitalidade	Médio	4	12	4***
E.E. - Búzios	Turismo e Hospitalidade/ Guia de Turismo	Pós-médio	0	8	0
E.E. - Miguel Pereira	Turismo e Hospitalidade/ Guia de Turismo	Pós-médio	1	6	1***
E.E. Nova Friburgo	Turismo e Hospitalidade/ Guia de Turismo	Pós-médio	0	6	0
E.E. Valença	Turismo e Hospitalidade/ Guia de Turismo	Pós-médio	0	6	0



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

- \* Docentes com formação em Turismo
- \*\* Docentes formados em Turismo com Licenciatura
- \*\*\* Complementação Pedagógica

Em média cada professor leciona quatro disciplinas. De acordo com o quadro acima alguns professores se encontram sobrecarregados ou professores de outras áreas estão lecionando as disciplinas de Turismo.

Assim afirma Trigo (1999):

A falta de professores reflete-se na qualidade dos cursos oferecidos pelo país. Muito dos atuais estudantes estão tendo aulas com profissionais formados nos mais diversos campos, menos em turismo. Não se quer com este discurso ter uma atitude corporativista, cabotina ou de reserva de mercado. A questão é que um curso de turismo que não tenha professores formados em turismo e/ou hotelaria ou docentes com experiência razoável em alguma empresa séria do trade turístico corre o risco de “enrolar” os alunos e resvalar para a picaretagem.

Outro aspecto abordado por Teixeira (2001) diz respeito à experiência prática do docente: “para que o profissional de turismo/hotelaria seja competente no exercício de sua profissão, é necessário que sua formação contemple tanto os aspectos teóricos como os práticos”. E em sua pesquisa, a mesma ressalta que: “Somente 50% dos docentes têm experiência prática em turismo e hotelaria”. Assim como Rushmman (2002), que diz que

encontrar professores que transmitam os conhecimentos específicos, as experiências requeridas e que tenham didática para uma transmissão eficaz constitui um grande, senão o maior, desafio para os dirigentes dessas faculdades. (Pg.20)

Assim Masetto (2003) argumenta que existe “(...) a crença de que ‘quem sabe, sabe ensinar’” pelo simples fato de ter experiência de mercado, não sendo esta a realidade em sala de aula, necessitando que este docente passe por um processo de formação pedagógica.

#### **IV. Perfil profissional e competências do egresso**

Dois aspectos são evidenciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de licenciatura e devem ser considerados na concepção da matriz curricular do curso: a pesquisa e o uso de novas tecnologias.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Desta forma o curso deverá oportunizar a formação de um profissional com habilidades didáticas articulando saberes teóricos com a prática, apto a compreender mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas inserções possuem um impacto profundo na vida social, cultural, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas operacionais.

Com relação à pesquisa as Diretrizes (2001) apontam que

Teorias são construídas sobre pesquisas. Certamente é necessário valorizar esta pesquisa sistemática que constitui o fundamento da construção teórica. Dessa forma a familiaridade com a teoria só pode se dar por meio do conhecimento das pesquisas que lhe dão sustentação. De modo semelhante, a atuação prática possui uma dimensão investigativa e constitui uma forma não de simples reprodução, mas de criação ou, pelo menos, de recriação do conhecimento. A participação na construção de um projeto pedagógico institucional, a elaboração de um programa de curso e de planos de aula envolvem pesquisa bibliográfica, seleção de material pedagógico etc. que implicam uma atividade investigativa que precisa ser valorizada. (pg. 19)

O incentivo à pesquisa deve aparecer como pano de fundo em todas as disciplinas como instrumentação do futuro profissional. No processo de formação de professores, para qualquer área do conhecimento, é fundamental a reflexão crítica sobre a educação brasileira, os processos de aquisição de conhecimentos e de crescimento do ser humano e as bases do fazer pedagógico. Tais conhecimentos fornecem o instrumental necessário para a compreensão do fenômeno educacional como um todo, permitindo a cada graduando entender, questionar e participar dos processos coletivos a que estará sujeito ao longo de sua vida profissional.

Masetto (2003) questiona “como poderia o docente motivar o aluno a se iniciar na pesquisa, se ele mesmo – professor – não pesquisar e não valorizar a pesquisa? O aprendiz exige profunda coerência entre o que o seu professor exige e o que faz”. Ainda este afirma que

o papel do professor como apenas repassador de informações atualizadas está no seu limite, uma vez que diariamente estamos sujeitos a sermos surpreendidos com informações novas de que



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

dispõem nossos alunos, as quais nem sempre temos a oportunidade de ver inúmeros sites existentes na internet.

Assim outro aspecto diz respeito à utilização de novas tecnologias que vão de acordo com as novas demandas educacionais da era da globalização, há um crescente interesse e necessidade de introdução do computador nos processos de ensino e aprendizagem. Com o objetivo de oferecer aos futuros professores meios de reconhecer, avaliar, explorar e aplicar as possibilidades oferecidas pelos computadores e redes de comunicação na prática educativa.

Para Rejowski e Carneiro (2003)

o turismo relaciona-se às mudanças globais num mundo em constante transformação, em que a ordem altera-se rapidamente em desordem, e o avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à informação impõem constante atualização, flexibilidade e rápida adaptação perante essa realidade.

Salientamos que o papel do educador vai além de seu tempo de dedicação à instituição, do processo de seleção, ou seja, do aspecto burocrático, pois,

algumas pesquisas nos dizem (e podemos testar isso conosco mesmos) que os professores que nos marcaram para o resto de nossas vidas, além de serem competentes em suas áreas de conhecimento, foram aqueles que incentivaram a pesquisa; abriram nossas cabeças para outros campos, outras ciências, outras visões de mundo; nos ajudaram a aprender a ser críticos, criativos, exploradores da imaginação; manifestaram respeito aos alunos, interesse e preocupação por eles, disponibilidade em atendê-los, resolver-lhes as dúvidas, orientá-los em decisões profissionais; demonstraram honestidade intelectual; coerência entre o discurso de aula e sua ação, amizade; enfim, aspectos marcantes relacionados a convivência humana em aula. (Masetto, 2003:66 e 67)

Desta forma a pesquisa e as novas tecnologias irão permear a formação do licenciado possibilitando que este contribua para a produção de conhecimento na área melhorando também a qualidade da formação em todos os níveis.

Existe também outro fator a ser discutido sobre a licenciatura, pois existirá o risco de o licenciado se formar sem ter a inserção mercadológica, a qual é exigida no bacharelado (estágio profissional), e também fundamental a um docente na área do turismo, segundo



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Ansarah (2002). Este aspecto pode ser sanado dividindo-se o estágio obrigatório sendo parte realizado em sala de aula, como previsto na legislação, e parte em empresas do *trade* já que as diretrizes apontam para uma liberdade em inovar nas propostas pedagógicas.

## V. Conclusão

O Turismo possui algumas peculiaridades e exigirá uma reflexão com relação a questão de se desvincular ou não a licenciatura do bacharelado.

Vantagens existem. Haveria, por exemplo, a possibilidade de um profissional do *trade* (como um agente de viagens sem formação acadêmica), poder seguir carreira no magistério a partir de sua capacitação docente através de uma licenciatura em turismo, desvinculada ao bacharelado, pois o conhecimento científico exigido ao bacharelado, talvez não fosse tão necessário em sua formação docente técnica.

Esta desvinculação entre licenciatura e bacharelado é um tema polêmico (tanto pelos prós, quanto aos contras). Não nos prenderemos aqui na discussão deste tema específico, pois não se trata do objetivo geral deste trabalho, apesar de ser um grande fator influente. Por ser um tema novo, poderá ser fruto de estudos futuros exclusivos sobre o mesmo.

A licenciatura obrigatória aos educadores do ensino técnico não deve ser encarada como uma imposição autoritária governamental, mas sim como verdadeira carência de capacitação dos professores do ensino de hoje, não se limitando apenas ao ensino técnico.

Ao nosso ver, o ensino do Turismo, em seus diferentes níveis, precisaria muito mais do que um mero profissional habilitado a lecionar, mas sim um educador com formação estruturada para tal fim, tendo plena consciência da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade necessária no entendimento deste fenômeno. Faz-se necessária a coerção entre a teoria e a prática no ensino do turismo, entre outras qualidades ausentes em muitos dos docentes no ensino do Turismo hoje no Brasil.

Além disso, consideramos fundamental para qualquer educador, não se limitando apenas aos do Turismo, o conhecimento de princípios básicos de pedagogia. Muitos professores entram em sala sem conhecer métodos e técnicas educacionais, princípios de



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

didática, princípios de filosofia e psicologia educacionais, assim como novas tendências educacionais, entre outras.

Consideramos também que a licenciatura do turismo torna-se fundamental não só para o nível técnico, mas também para o nível superior, pois possibilita uma formação geral didática da qual muitas vezes não é vista na pós-graduação. Além de uma formação específica para a pesquisa e produção do conhecimento que pode levar o Turismo, no Brasil, a alcançar uma “autonomia epistemológica”.

## VI. Referências Bibliográficas

- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e Capacitação do profissional em Turismo e Hotelaria: Reflexos e cadastros das instituições educacionais do Brasil.** São Paulo, Aleph, 2002.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394.** Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 21 out. 2004.
- BRASIL, **Decreto nº. 2208.** Brasília, 17 de Abril de 1997. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- BRASIL, **Decreto nº. 3.276 de 6 de dezembro de 1999.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- BRASIL, **Parecer nº. CNE/CP 009 de 08 de maio de 2001.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- BRASIL, **Parecer nº. CNE/CP 27 de 02 de outubro de 2001.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- BRASIL, **Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- BRASIL, **Resolução CNE/CES ° 13 de 24 de novembro de 2006.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: 02 mar 2007.
- CATRAMBY, Teresa C. V.; DAIBERT, André B.. **Reflexões sobre uma licenciatura específica para o Turismo.** Disponível em: <http://www.estudoturísticos.com.br> . Acesso em: 20 fev. 2004.
- INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. Pesquisa de Oferta e Demanda. Disponível em [www.institutodehospitalidade.org.br](http://www.institutodehospitalidade.org.br). Acessado em 12/09/2003.
- MASSETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.
- RODRIGUES, Jarlene. **A situação do Ensino Superior em Turismo no Brasil.** In: Mercado Turístico – Áreas de Atuação. São Paulo: Roca, 2003.
- RUSCHMANN, Doris V. de Menne. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** São Paulo: Manole, 2002.
- TEIXEIRA, Rivanda Meira. **Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: Um estudo exploratório.** In: Turismo em Análise. São Paulo; ECA/USP, v.12, n.2, novembro 2001. pp. 7-30.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A importância da educação para o turismo** In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar (org.). Turismo; Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- (org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar, 1.** 2ª Ed. São Paulo, Editora SENAC, 2001.